



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Relatório de Audiência

Dia: 2 de abril de 2013

Hora: 15h00

N.º 68/XII (2.ª)

ENTIDADE: Movimento Nacional dos Reformados Portugueses

ASSUNTO: Pedido de audiência por motivo da apresentação da associação e dos problemas dos reformados

Recebidos pela senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) e pelos senhores Deputados Carlos Silva e Sousa (PSD) e Artur Rêgo (CDS-PP).

A audiência foi gravada em suporte áudio e pode ser consultada no seguinte link:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheAudiencia.aspx?BID=94922>

Os requerentes da audiência agradeceram a sua realização, referiram que já tinham sido recebidos por Deputados de alguns grupos parlamentares e apresentaram as preocupações dos seus associados com a situação económica que o país atravessa, particularmente as dos 3 milhões de portugueses reformados que têm dificuldades e, em especial, as dos 1,6 milhões cujas pensões são inferiores a 600 euros. Disseram que pretendem ser uma luz verde na ajuda dos mais desfavorecidos, muito especialmente dos reformados que também são doentes crónicos, que têm dificuldades no acesso aos medicamentos, às consultas médicas e aos lares.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) considerou estar-se perante um problema complexo, resultante de erros de governação de muitos anos. Disse que é preciso refletir sem demagogia toda a realidade envolvente: há muitos anos que são seguidas políticas erradas ao arrepio daquilo que é prática nos países do norte de Europa, em que há um esforço de integração dos idosos nas respetivas famílias, por oposição à sua colocação em lares.

Lembrou igualmente que as reformas baixas têm várias origens: algumas pessoas têm a reforma condizente com o que descontaram. Mas também há outra realidade, que é por vezes escamoteada: antes de 1974 não era obrigatório fazer descontos e a maior parte das pessoas não os fazia. Daí que mais de um milhão de pensionistas recebam atualmente a pensão social. Há outro sector de pessoas

que entendem que, por terem descontado durante 40 anos, têm direito à reforma que recebem quando é facto que o cálculo da sua reforma foi feito com base no último ordenado.

Prosseguiu dizendo que a situação mais grave que atualmente é vivida e que não tem a ver com os reformados diz respeito ao desemprego, designadamente ao das pessoas mais jovens, que, por essa razão, se viram obrigados a recorrer aos seus familiares cujo rendimento são as pensões de reforma. E concluiu dizendo que este problema exige que sejam tomadas medidas conjunturais na área da solidariedade.

O Senhor Deputado Carlos Silva e Sousa (PSD) começou por lembrar que, por os reformados constituírem um grupo de cidadãos mais frágeis, poderá haver a tendência para serem esquecidos, quando não deve ser assim.

Assinalou que já se falou em erros de governação que, se não tivessem acontecido, provavelmente, a situação seria outra. Facto é que os portugueses viveram acima do que tinham e, quando o “saco” ficou vazio, deixou de haver o que quer que fosse para distribuir. Dai que se coloque a questão de saber de que forma se distribui o que há. Já foi dito que a culpa não é provavelmente deste Governo, com o que concorda. Trata-se de um problema cuja resolução é muito complicada e lembrou que as autarquias também têm feito um trabalho exemplar procurando acudir a situações difíceis. Considerou que, para além de alertarem consciências, podem os Deputados tentar transmitir a mensagem que o Movimento trouxe.

Os requerentes da audiência agradeceram as intervenções dos Deputados e pediram-lhes para fazerem o que estiver ao seu alcance. Mencionaram que têm recebido ajudas por parte de algumas empresas. Mas querem os subsídios de natal e de férias de volta.

A final, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) agradeceu as informações trazidas, considerou que se trata de uma matéria de extrema sensibilidade e informou que daquela audiência será elaborado um relatório, que poderá ser consultado na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 2 de abril de 2013.

A DEPUTADA



(Clara Marques Mendes)